

À Superintendência de Assistência Social da Universidade de São Paulo

Ao Sr. Superintendente Prof. Dr. Gerson Tomanari

São Paulo, 28 de julho de 2021

Prezado Professor,

Na última segunda-feira, novamente fomos surpreendidas(os) com demandas de apoio, vindas de moradores(as) do CRUSP que apresentaram relatos de proposta de desalojamentos relacionados à realização de obra para reforma e manutenção do BLOCO D do Conjunto Residencial Universitário da USP.

Parabenizamos a SAS pela realização da obra, que caminha na direção de antigas reivindicações dos moradores(as) e da comunidade USP, de manutenção e revitalização da moradia estudantil.

Contudo, nos causou indignação e perplexidade os fatos relatados pelos (as) estudantes: receberam uma carta no presente mês de julho avisando sobre a reforma e nova carta nesta semana, informando que as assistentes sociais entrariam em contato para uma reunião remota e que teriam que desocupar os apartamentos até o dia 15 de agosto. Nas reuniões remotas os/as estudantes foram informados que poderiam deixar o apartamento procurando por conta própria outro apartamento no CRUSP ou recebendo auxílio de R\$500,00 para alugar outro espaço de moradia.

Esse encaminhamento guarda em si um conjunto de equívocos que descrevemos a seguir e para os quais solicitamos especial atenção da Superintendência.

Se a reforma é bem vinda, a decisão verticalizada sobre a desocupação do bloco para a realização da obra causa consternação, porque, mais uma vez, o encaminhamento da medida não contempla a participação e construção conjunta das alternativas com os/as estudantes e ainda oferece alternativas pouco viáveis. É importante que os/as estudantes sejam ouvidos (as) e incluídos(as) nas decisões sobre suas vidas. É fundamental que a política acadêmica englobe não apenas decisões, mas igualmente as maneiras de implementá-las.

Além dessa questão filosófico-administrativa central, que envolve uma postura de tal modo centralizadora que compromete a eficácia das medidas da direção universitária, na prática, o encaminhamento significa uma espécie de despejo que conduz cada morador (a) a ter que se haver sozinho com a questão do seu destino, do seu lugar de habitação. E isso em um prazo de cerca de 20 dias. Bater de porta em porta buscando uma moradia ou ter um recurso que não paga sequer uma *kitnet* no Butantã não nos parecem medidas adequadas para a Universidade que é responsável pela moradia desses alunos(as/es).

Reiteramos que a reforma é bem vinda, mas deixar os/as estudantes à margem das decisões sobre a realocação (que virou despejo) e lançados(as) à própria sorte em tempos de pandemia é, no mínimo, desumano. Administrativamente, há graves falhas e omissões na consideração da dimensão humana implicada na proposta de reforma.

Além disso, despejos estão proibidos em tempos de pandemia e moradores (as) também não foram informados(as) sobre a obra, sua proposta, duração, etapas etc.

Outro ponto levantado pelos (as) estudantes refere-se aos seus pertences – poderão ficar nos apartamentos? Serão cuidados e inventariados para estarem ali na volta? Algumas pessoas têm histórias afetivas com seus objetos, outras adquiriram itens básicos como fogões e geladeiras em parceria com colegas e a muito custo. Outras ainda não têm nenhuma família e os (as) colegas são sua referência de vínculos afetivos.

Evidentemente o processo gerou instabilidade emocional nos (as) moradores(as) e movimentações emergenciais envolvendo funcionários(as) e docentes, em um momento de pandemia e de final de semestre (quando os(as) estudantes deveriam estar concentrados(as) em seus trabalhos e docentes nas correções), promovendo, assim, perturbações de toda ordem, acadêmicas, psicossociais e de saúde.

Soubemos que a Superintendência, após numerosas reações, agendou uma reunião para 29 de julho de 2021. Consideramos a iniciativa bastante importante e, por isso, nos dirigimos à Superintendência para, em um movimento de valorização do diálogo, solicitar algumas medidas e cuidados que sistematizamos após a escuta atenta dos estudantes que nos procuraram nestes últimos dias.

- Importância da presença do Superintendente além das Assistentes Sociais na reunião;
- Apresentação da proposta e plano de execução com cronograma da obra;
- Os/as moradores(as) têm ideias e sugestões a respeito do que pode ser feito no período de obras. Um diálogo democrático certamente facilitaria a construção de alternativas viáveis para a efetivação da obra, alçando a medida a outro patamar de modo de atuação, ao incorporar a construção coletiva, incluindo moradores(as) e entidades estudantis, de alternativas para a mobilidade no decorrer da obra. Várias sugestões existem, mas somente com informações concretas poder-se-á avaliar a viabilidade de cada uma: devolver blocos K e L em condições de moradia e estudantes se deslocam durante a reforma; avaliar condições dos alojamentos dos blocos C e G; fazer levantamento dos quartos disponíveis no CRUSP, verificando precisamente quantas pessoas teriam que se deslocar; realização da obra em etapas, articulando obra e mobilidade; se for necessário que alguns/algumas se mudem, considerar aumento substancial do auxílio para o aluguel; redefinição de um prazo razoável para tudo isso, evitando perturbações no trabalho de todas as pessoas envolvidas, entre outros.
- Imediata manutenção de fogões e lavanderias poderia significar melhoria de condições de vida, sem grandes custos para a Universidade e sem prejuízo aos/às estudantes.

Ainda uma vez registramos nossa preocupação com medida intempestiva desse porte, que desgasta a saúde emocional de todos(as), gerando mais insegurança e intranquilidade em tempos já adversos e inseguros e que podem prejudicar a imagem da universidade a partir de denúncias de despejo em tempos pandêmicos.

Considerando que outros prédios precisarão ser reformados, esperamos que um planejamento conjunto possa ser pensado com os/as estudantes, para uma mobilidade interna ao próprio CRUSP ou, pelo menos, com condições provisórias de moradia que sejam adequadas. As decisões construídas coletivamente incluem os/as estudantes no processo, ao invés de colocá-los (as) contra a ação. É possível desenhar uma proposta de modo que todos os prédios possam ser reformados e todas as pessoas possam se sentir respeitadas, cuidadas, tranquilas e com dignidade em sua moradia, com condições de estudar e concluir seus cursos de graduação e pós-graduação.

Finalizamos reiterando a importância do diálogo da SAS com a comunidade estudantil que administra e sobre a qual recaem suas decisões de modo muito concreto. Que seja adotado não somente um encaminhamento mais democrático e dialógico (e administrativamente mais eficiente) da medida em questão, como também uma construção conjunta dos caminhos para a reforma e revitalização do CRUSP que signifique um efetivo aprimoramento da concepção administrativa da gestão central acerca de seus métodos e de sua relação com todos os membros das diferentes categorias que constituem a Universidade de São Paulo.

Com votos de saúde a todas e todos!

Atenciosamente,

Frente USP Democrática e Solidária

Associação de Docentes da USP- ADUSP

Associação de Moradores do CRUSP - AMORCRUSP

Associação dxs Pós-Graduandxs Helenira “Preta” Rezende- APG-USP/Capital

Centro de Estudos de Defesa da Infância da USP- CEDIN

Coletivo de docentes negros e negras da USP

COMUNAL + arrecada CRUSP

Diretório Central de Estudantes da USP – DCE Livre Alexandre Vannucchi Leme,

Rede Não Cala! de professoras e pesquisadoras da USP pelo fim da violência sexual e de gênero

Sindicato dos trabalhadores da USP - SINTUSP